

Desobstrução vai se resolver esta semana no Senado

JORNAL DO BRASIL

10 ABR 1982

Nesta terça-feira os quase 300 prefeitos e governadores que estão com seus pedidos de empréstimos encaixados no Senado terão uma definição clara sobre as perspectivas da liberação destas matérias em um ritmo satisfatório, que não seja aquele até agora obedecido, ou seja, a aprovação de um projeto a cada 20 horas de sessão.

O PMDB, cujo líder Humberto Lucena vem protelando uma decisão, já prometeu ter uma proposta da bancada a respeito depois de amanhã, quando, juntamente com o líder governista Nilo Coelho, procurará o presidente do Senado, Jarbas Passarinho, em seu gabinete, para traçar uma estratégia a respeito.

Trata-se do famoso "esforço concentrado", através do qual a cada mês os senadores viriam ao plenário em massa, durante uma semana, para desafogar a Ordem do Dia. Lucena e Nilo Coelho — este sempre assessorado pelo vice-líder José Lins — já mantiveram vários encontros a respeito e uma decisão final só não foi tomada por causa da Oposição, uma vez que Lucena teima em ouvir primeiro a posição de toda a bancada oposicionista no Senado. Porém, assegurou a Nilo que até terça-feira, quando ambos se encontrarem com Passarinho, terá uma resposta.

ELEITOREIROS

"Nesta altura do campeonato, todos esses empréstimos são eleitores e esse dinheiro será usado contra a Oposição durante a campanha política, daqui a oito meses", denuncia o senador Dirceu Cardoso (PMDBES), a eterna voz sempre posicionada contra este tipo de empréstimo. Antes, alegava que eram inflacionários; hoje, afirma que são eleitores. Dirceu promete votar contra e pedir verificação de "quorum", chegando mesmo a obstruir a votação, qualquer que seja a posição da bancada do PMDB a respeito.

Por isto, será necessário que se atinja o "quorum" mínimo de 34 senadores para a aprovação dos empréstimos.

SEMANA DE 26

O vice-líder José Lins calcula que, já a partir da semana que começa no próximo dia 26, o Senado terá condições de votar os empréstimos. O cálculo está baseado na premissa de que o PMDB terá, realmente, uma resposta positiva na terça-feira. Hável negociador, Lins já sentiu a tendência da Oposição favorável ao bom andamento dos trabalhos.

O próprio líder Humberto Lucena faz questão de frisar que a obstrução é uma coisa do passado, do

tempo da liderança do senador Marcos Freire, e que a Oposição não tem nenhuma pretensão de manter o Senado eternamente paralisado, especialmente em um ano eleitoral, uma vez que o PMDB está sendo duramente criticado no interior do País, até por prefeitos do Partido, como é o caso do de São Bernardo do Campo, Tito Costa.

DITADURA DO SENADO

Também na terça-feira transcorrerá mais um capítulo nessa história, que já se prolonga pelo seu terceiro ano: em São Paulo, no Hotel Eldorado, cerca de 25 prefeitos do interior, que possuem empréstimos pendentes no Senado, irão se reunir e lançar um manifesto à Nação, denunciando o que chamam de "ditadura do Poder Legislativo".

Esses prefeitos estiveram no Senado na semana que passou conversando a respeito dos empréstimos com todos os senadores, especialmente Jarbas Passarinho, Humberto Lucena e Nilo Coelho. Mas não ouviram deles senão palavras de conforto ou de acusações recíprocas. Assim Passarinho criticou o PMDB e Lucena criticou o PDS por não comparecer ao plenário. Passarinho disse que não podia fazer nada porque senão estaria usurpando os poderes do líder Nilo Coelho. Este, preferiu que os prefeitos tratassem com o vice-líder José Lins, que anunciou o fim das negociações para os próximos dias.

No meio do caminho, os prefeitos encontraram o senador Teotônio Vilela (PMDB-AL) no tapete verde da Câmara, e dele ouviram que a questão dos empréstimos já não era mais uma simples questão de obstrução parlamentar, mas que envolvia outras coisas, como a dívida externa, a dívida interna e a dívida social. A solução estaria numa reunião entre os três principais personagens da história: Passarinho, Lucena e Nilo Coelho. "Há mais coisa dentro da empada", avisou Teotônio.

No plenário, a discussão continua vaga e sem soluções à vista. O PDS inventou nova tática e passou a ler telegramas de prefeitos e governadores lamentando o atraso dos empréstimos e, conseqüentemente, das obras. O debate, porém, converge para um único ponto, com o qual todos concordam: é necessário — e urgente — que se faça uma reforma tributária, para que os municípios e os Estados não fiquem nesta situação, como quem vem ao Senado pedir uma "esmo-la". Há, contudo, uma problemática eterna: todos concordam com a reforma tributária, até mesmo o Governo, só que ela não saiu até hoje e tão cedo os prefeitos e governadores não verão a cor do dinheiro a que têm direito.